

Jorge Pedro SOUSA; Patrícia Oliveira TEIXEIRA  
Universidade Fernando Pessoa – Portugal

**As associações de jornalistas,  
em Portugal, até 1974, e as suas  
publicações – contributo para  
uma reflexão acerca do  
associativismo jornalístico**

Las asociaciones de periodistas, en  
Portugal, hasta 1974, y sus publicaciones  
– contribución para una reflexión acerca  
del asociacionismo periodístico

The associations of journalists, in  
Portugal, until 1974, and its publications  
– contribution to a reflection about  
the journalistic associativism

Recebido em: 29 set. 2011  
Aceito em: 15 dez. 2011

Jorge Pedro Sousa é professor catedrático na Universidade Fernando Pessoa e no Centro de Investigação Media e Jornalismo; livre-docente em Jornalismo pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Contato: [jorgepedrosousa@gmail.com](mailto:jorgepedrosousa@gmail.com)

Patrícia Oliveira Teixeira é mestre em Ciências da Comunicação, doutoranda em Ciência da Informação e pesquisadora bolsista na Universidade Fernando Pessoa e no Centro de Investigação Media e Jornalismo. Contato: [tichasd@hotmail.com](mailto:tichasd@hotmail.com)

## RESUMO

---

Portugal acompanhou, desde 1880, a tendência internacional para a fundação de organizações representativas dos jornalistas, documentando, assim, o crescente sentimento de classe entre aqueles que faziam da redacção de jornais uma ocupação, um ofício ou mesmo uma profissão. O objectivo deste texto é dar a conhecer as associações de jornalistas existentes em Portugal, desde os primórdios até 1974, nomeadamente aquelas que publicaram algum tipo de boletim ou revista, bem como apresentar, de forma sumária, as respectivas publicações. Para tal, recorreu-se a uma pesquisa bibliográfica sobre o associativismo jornalístico e, principalmente, a uma análise documental das referidas publicações.

**Palavras-chave:** jornalistas; associações; sindicatos; publicações de associações e sindicatos.

## RESUMEN

---

Portugal siguió, desde 1880, la propensión internacional para la fundación de organizaciones representativas de los periodistas, documentando, así, el creciente sentimiento de clase entre aquellos que hacían de la redacción de periódicos una ocupación, un oficio o, incluso, una profesión. El objetivo de este texto es dar a conocer las asociaciones de periodistas existentes en Portugal desde los orígenes hasta 1974, y aquellas que publicaron algún tipo de boletín o revista, así como presentar, de forma concisa, las respectivas publicaciones. Para eso, se hizo una investigación bibliográfica sobre el asociacionismo periodístico y, principalmente, un análisis documental de las referidas publicaciones.

**Palabras clave:** periodistas; asociaciones; sindicatos; publicaciones de asociaciones y sindicatos.

## ABSTRACT

---

Portugal has followed, since 1880, the international trend towards the foundation of representative organizations of journalists, documenting the growing sense of class among those who did of the editorial office of a newspaper an occupation, an activity or even a profession. The goal of this paper is to know the journalists' associations that existed in Portugal, from the very beginning until 1974, and in particular those which published some kind of bulletin or magazine, as well as presenting, in summary form, the respective publications. To that end, we have used bibliographic research about the journalistic associations and, especially, a documentary analysis of such publications.

**Keywords:** journalists; associations; trade unions; publications of associations and trade unions.

## A Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses<sup>1</sup>

A Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses é, para alguns autores, nomeadamente Cunha (1941:34), aquela que podemos considerar como a primeira organização associativa dos jornalistas portugueses. Foi fundada em 10 de Junho de 1880, aquando das comemorações do terceiro centenário da morte do poeta Luís Vaz de Camões (*Boletim*, 1884:24). No entanto, a ideia de criar uma “Sociedade de Homens de Letras”, à semelhança do que existia em França, havia já sido discutida, uma década antes, por alguns nomes sonantes da época (CUNHA, 1941:12). Porém, apenas a 17 de Maio de 1879 se voltou a abordar a questão, quando se combinavam as referidas comemorações do 3º Centenário da morte de Camões, na Sociedade de Geografia, em Lisboa. A ideia concreta da criação desta associação foi lançada por Eduardo Coelho – que também foi quem elaborou os Estatutos – iniciando-se, assim, aquilo que acabou formalizado cerca de um ano depois.

No mês de Abril de 1880, começaram, então, os preparativos para se criar a Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses. De acordo com o que refere Valente (1998:20), realizou-se uma reunião da imprensa de Lisboa, onde estavam representados 18 das quarenta publicações com sede na capital. À mesma mesa, sentaram-se representantes dos vários jornais publicados na época, tais como Rodrigues da Costa, que presidiu, do *A Revolução de Setembro*; Magalhães de Lima, do *Comércio de Portugal*; e Eduardo Coelho, do *Diário de Notícias*. A reunião iniciou-se com a proposta de se criar a já referida Associação e, de seguida, Magalhães de Lima sugeriu que se constituísse uma comissão da Imprensa, que pudesse impor-se como órgão motor das comemorações do centenário de Luís de Camões. A recém-criada comissão da imprensa reuniu-se, cinco dias depois, a 8 de Abril, contando, desta vez, com a presença de representantes de 47 publicações periódicas, o que revelava o interesse que este acontecimento havia despertado no seio da classe. Desta forma, ficaram representadas todas as correntes presentes na imprensa de Lisboa.

Foram vários os nomes das letras e da política envolvidos na fundação desta Associação. Cunha (1941:14) menciona: Teófilo Braga, Luciano Cordeiro, Ramalho Ortigão, Magalhães Lima, Pinheiro Chagas, António de Castilho, entre muitos outros,

<sup>1</sup> Pesquisa apoiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e com co-financiamento da União Europeia através do QREN, programa COMPETE, fundos FEDER. Projecto PTDC / CCI-JOR/100266/2008 e FCOMP-010124-FEDER-009078.

como exemplo. António Rodrigues Sampaio, redactor principal do jornal *Revolução de Setembro*, foi eleito presidente da Associação. E alguns dos primeiros sócios foram: Rodrigues Sampaio, Emídio Navarro, António Enes, Sousa Viterbo, Júlio César Machado, Mariano Carvalho, Brito Aranha, Urbano Castro; publicistas como Adolfo Coelho, António de Cerpa, Vilhena Barbosa, Latino Coelho, Júlio de Vilhena e Bulhão Pato, entre outros poetas e escritores (CUNHA, 1941:14).

Na Acta da primeira reunião da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses, publicada, quatro anos mais tarde, no seu *Boletim* (1884, 1.<sup>a</sup> série, n.º 1:24), ficaram patentes os propósitos da sua fundação, a união dos seus associados e a vontade de lutar pelo progresso da pátria, bem como registada a presidência que a assistia, “o Sr. Rodrigues Sampaio, redactor principal da *Revolução de Setembro*, o jornal mais antigo do país e ele mesmo o decano da imprensa”.

A 20 de Agosto de 1880, a Comissão Executiva da Imprensa elabora os Estatutos da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses que, a 14 de Outubro, são aprovados por alvará do Governo Civil de Lisboa. Nos primeiros artigos (*Estatutos*, 1880, 1º) encontram-se expressos os fins da Associação: “promover e defender os interesses legítimos, morais e materiais das colectividades ou corporações formadas pelas classes que a constituem individualmente ou dos seus associados em tudo que diga respeito ao exercício da sua profissão”. Ainda de acordo com os Estatutos, a Associação considera que “a sua primeira obrigação moral e o objecto dos seus constantes esforços [deverá ser] (...) elevar o nível da imprensa à altura da primeira instituição social dos povos livres e civilizados (...)” (*Estatutos*, 1880, 1º a) e que “buscará igualmente influir o mais directamente que possa nos progressos da literatura, das ciências, das artes, da educação e instrução pública, das instituições, enfim, da civilização portuguesa” (*Estatutos*, 1880, 1º b).

Nos mesmos estatutos (1880), descrevem-se algumas das acções que a corporação se encarregava de vir a desenvolver, tais como: negociar “contratos” de trabalho dos seus associados, de modo a que estes tivessem mais regalias; criar um “cofre de coadjuvação editorial” que auxiliasse os associados com obras para publicar; fundar uma biblioteca do jornalismo português; organizar exposições, conferências, etc.; publicar uma crónica, onde se registem os seus trabalhos.

O princípio fundamental que a Associação proclama tem a ver com a livre expressão de pensamento dos seus sócios, dentro da corporação, desde que respeite a harmonia fraternal, aspecto primordial e uma das bases da instituição:

Livre manifestação do pensamento dos seus sócios no seu grémio; cumprindo, por isso, à administração fazer acatar as suas opiniões, quando convenientemente manifestadas, garantir-lhes a mais ampla liberdade e procurar evitar-lhes o choque dos antagonismos que possam perturbar a harmonia fraternal, que é a base da força, da existência e da utilidade desta instituição (*Estatutos*, 1880).

Os fins de beneficência e socorro, na senda do que era desejado pela classe, demonstravam que a Associação estaria empenhada em prestar auxílio, em caso de necessidade e segundo os seus recursos, aos seus sócios e seus familiares e em proteger as famílias de sócios falecidos, através de um fundo especial de socorro (*Estatutos*, 1880).

Ainda nos Estatutos (1880), é possível perceber que a Associação clama para si uma acção paternal, amorosa e conciliadora, oferecendo-se para resolver questões ou outra espécie de desavenças entre sócios ou amigos: “A Associação funciona afectuosamente, e do modo mais discreto, como tribunal de família para trazer os associados a acordos honrosos nas suas dissidências, no interesse do seu decoro pessoal e dos créditos seus e das respectivas corporações.”

Quatro anos depois, no final de 1884, entendeu-se que seria necessário proceder a uma reforma dos Estatutos. Foi aprovado um novo texto, por alvará de 3 de Janeiro de 1885, e os fins da Associação ficaram enunciados de forma mais sintética e sistemática<sup>2</sup>.

Apesar de algumas iniciativas culturais de certa importância<sup>3</sup>, a Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses, fundada, como já foi mencionado, em 1880, acabou por se ir “definindo e ao fim de uma dúzia de anos estava praticamente inactiva.” (VALENTE, 1998:26). A reforma nos Estatutos, segundo Cunha (1941:15) mais não foi do que “um balão de oxigénio aplicado a quem estava moribundo.” Cunha (1941:17) faz referência a um jornalista da época, Cândido Barbosa, que terá proferido a seguinte afirmação: “é mais fácil meter Rossio na Betesga, do que associar jornalistas”.

<sup>2</sup> 1º.) A convivência e confraternidade dos sócios; 2º.) O estudo de todos os ramos dos conhecimentos humanos; 3º.) O desenvolvimento das belas letras e das belas artes; 4º.) Promover especialmente os progressos das ciências, das artes e da instrução pública, com relação aos interesses de Portugal; 5º.) Abrir discussões, conferências, cursos acerca dos assuntos científicos, artísticos ou literários, assim como fazer larga propaganda, sobretudo da prática dos conhecimentos humanos; 6º.) Elevar o nível da imprensa periódica à altura de uma verdadeira instituição social dos povos livres e civilizados; 7º.) Formar uma biblioteca e um gabinete de leitura; 8º.) Diligenciar o acordo entre os sócios e a extinção de suas dissidências, no que diga respeito a questões da imprensa; 9º.) Promover e defender os interesses legítimos, morais e materiais das colectividades ou corporações formadas pelas classes que a constituem e individualmente os dos seus associados em tudo que diga respeito ao exercício da sua profissão e aos seus estudos e escritos; 10º.) Socorrer os sócios em caso de infortúnio, ou a família desamparada de qualquer sócio falecido (*Estatutos*, 1885).

<sup>3</sup> Cunha (1941:15-16) faz menção a uma exposição de quadros de Columbano e Ramalho (pintores); lições sobre epopeias homéricas dadas por Adolfo Coelho; participação nas solenidades comemorativas em honra de Camões, em Coimbra, e de Calderon de la Barca, em Madrid; uma exposição camoniana organizada por Brito Aranha; um curso público de História Universal, dado por Consiglieri Pedroso; preparação do Congresso das Associações.

Sobreira (2003:35) aponta o dedo às diferentes opções políticas dos diversos sócios como principal causa para a vida efémera desta Associação.

### **O Boletim da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses (1884)**

A Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses publicou um *Boletim*, iniciado em 1884 e do qual se conhece apenas um único exemplar. Tem 24 páginas. Na contra-capa do *Boletim* são dados a conhecer alguns dos nomes mais importantes da Associação, entre fundadores e sócios. Ainda nesta página há uma nota, onde a Associação e os seus membros se defendem de possíveis contestações a algum dos artigos publicados. Diz: “A Associação não toma sob a sua responsabilidade as opiniões dos autores dos artigos publicados no *Boletim*.”

Da leitura do *Boletim* da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses é possível depreender que os seus colaboradores abordaram, principalmente, temas jornalísticos, como a evolução da imprensa ou o modo como se apresentava o jornalismo numa determinada época. A Associação, as suas actividades e os seus principais nomes também foram temas para artigos que figuraram neste *Boletim*. Todos os artigos permitem compreender que o *Boletim* é contributo importante para os Estudos Jornalísticos em Portugal.

### **O Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa**

O Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa resultou da reforma dos Estatutos da Associação de Classe dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, que havia sido fundada em 1904. Esta transformação foi aprovada em Assembleia Geral de 15 de Dezembro e requerida em 26 de Dezembro de 1924, tendo sido aprovados os novos Estatutos por alvará de 27 de Dezembro de 1924.

Os Estatutos do Sindicato diziam que podiam ser sócios efectivos os redactores, os repórteres, os informadores, os revisores, os fotógrafos e os desenhadores que trabalhassem na imprensa diária. Podiam, ainda, ser admitidos sócios correspondentes de outras terras (*Estatutos*, 1924, Art.º 7.º).

Os fins do Sindicato eram, segundo os mesmos Estatutos (1924, Art.º 3.º), mais ou menos os que haviam sido os das outras associações congéneres, ou seja, defender os

interesses económicos e morais dos associados; manter coesão entre toda a classe; elevar o nível moral e intelectual da Imprensa; e intervir em conflitos que envolvessem jornalistas:

Defender os interesses dos seus associados, continuava a ser a principal tarefa da corporação e a conquista da carteira de identidade terá sido a sua principal conquista. Para atingir os fins enunciados, o Sindicato refere que irá promover congressos e conferências para profissionais da imprensa; estabelecer uma escola de jornalismo; organizar e desenvolver uma biblioteca; manter relações com outros organismos congéneres, nacionais e estrangeiros; publicar periodicamente um boletim; regular a questão da carteira de identidade profissional; elaborar um contrato colectivo de trabalho; dar resposta ao Inquérito da Repartição Internacional de Jornalistas sobre as condições de vida dos jornalistas; proceder à instalação do Sindicato em edifício próprio; e pugnar pelo estabelecimento de uma escola de jornalismo<sup>4</sup> e de uma Caixa de Previdência dos Profissionais da Imprensa de Lisboa (*Estatutos*, 1924, Art.º 4.º e 5.º).

A 22 de Dezembro de 1924, através do Decreto nº. 10.401, é criada a Carteira de Identidade de Profissional da Imprensa, para gáudio do Sindicato. Logo em 1925, são passadas pela Direcção do Sindicato 266 carteiras, sendo 195 a sócios efectivos, 3 a sócios auxiliares e 68 a profissionais de imprensa não sócios (*Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, 1927:27). Com esta conquista, os jornalistas passaram a ter acesso a um conjunto de facilidades, tais como o “livre-trânsito” nos Passos Perdidos e no porto de Lisboa, redução de preços nos caminhos-de-ferro e descontos em alguns hotéis, restaurantes, farmácias e termas (*Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, n.º 1, 1926:66-73).

No ano de 1925, o *Bureau International du Travail* ou Repartição Internacional do Trabalho realiza um inquérito sobre as condições de trabalho e vida dos jornalistas. Valente (1998:53) refere que são consultadas cerca de 60 organizações, grupos e associações profissionais e um certo número de particulares, em 33 países e que a iniciativa resultou de uma sugestão apresentada pela Associação Internacional dos Jornalistas. O Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, contactado pelo *Bureau International du Travail*, traçou um quadro da situação em Portugal, publicando no seu *Boletim*<sup>5</sup> o questionário e as suas respostas.

<sup>4</sup> Cunha (1941, p. 30-31) refere que o estabelecimento de uma escola de jornalismo não reunia opinião favorável de todos os filiados.

<sup>5</sup> O resultado só foi publicado dois anos depois, quando o Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa já publicava um *Boletim*.

Ainda no ano de 1925, em Dezembro, a Direcção do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa apresentou um relatório seguido do projecto de Contrato de Trabalho Jornalístico, indo ao encontro daquilo que era, há muito, uma aspiração dos jornalistas, mas que nem todos haviam, ao momento, conseguido.

Em 1926, o número de profissionais inscritos neste sindicato era de cerca 280 e o seu presidente de Direcção era Ferreira de Castro. Durante o seu mandato, promoveu um protesto contra a censura e igualmente contra a pena de morte, pedida, anonimamente, por alguém, em carta aberta à Assembleia Nacional, para os crimes políticos (VALENTE, 1998:65). É, também, nesta altura, que a organização publica o seu *Boletim*.

### **O *Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa (1926-1927)**

O Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa publicou um *Boletim*, do qual saíram dois números, um em 1926 e outro em 1927. O primeiro tem 82 páginas e o segundo 40.

No primeiro número do *Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, indica-se que a Direcção, Propriedade e Edição da publicação é da responsabilidade do Sindicato, daí que todos os textos surjam assinados por “A Direcção”. A apresentação e a justificação para a produção de um *Boletim* é feita na página de abertura da publicação (*Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa, 1926:1). Nela pode ler-se, entre outras coisas, que não se inseriram comunicações de sócios, uma vez que nenhum deles assim o desejou, nem as entregou para tal efeito, e que os objectivos inerentes à publicação do *Boletim* estão presentes nos Estatutos, daí que não houvesse necessidade de se reproduzirem novamente.

A leitura do *Boletim* do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa permite perceber quais os assuntos que mais preocuparam a corporação: a atribuição da carteira de identidade profissional da imprensa e as correspondentes regalias; o contrato de trabalho jornalístico; a resposta ao inquérito da Repartição Internacional do Trabalho sobre as condições de existência dos jornalistas; a instalação do sindicato em edifício próprio e condigno. A publicação é, também, importante contributo para a história do jornalismo português e fonte crucial para os Estudos Jornalísticos em Portugal.

## O Sindicato Nacional dos Jornalistas

O Sindicato Nacional dos Jornalistas (SNJ) surge a 24 de Fevereiro de 1934. Os seus primeiros estatutos foram aprovados por alvará do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Pedro Teotónio Pereira, de 26 de Fevereiro de 1934. Tratava-se, à luz desses estatutos, de uma estrutura sindical perfeitamente integrada na ordem corporativa e nacionalista do Estado Novo. O art.º 3º desses estatutos, por exemplo, enuncia, à luz da ideologia do regime, que a independência dos jornalistas ficaria subordinada “ao superior interesse nacional”:

O Sindicato reconhece a função eminentemente social da imprensa e, por consequência, reclama para ela as garantias eficazes de uma austera probidade intelectual e moralidade por parte dos que a exercem, quer como empresários, quer como jornalistas, e defendendo a independência mental dos seus profissionais, subordinada (...) ao superior interesse nacional, como factor activo do progresso moral que na orientação da opinião pública cumpre guardar e promover (*Estatutos*, Art.º 3º).

O art.º 5º desses estatutos declara, em acréscimo, a plena integração do sindicato na ordem corporativa, destinada a reduzir a conflitualidade social ao substituir a luta de classes pela cooperação dentro das corporações: “O Sindicato subordina toda a sua actividade ao interesse superior da colectividade nacional (...) em consequência do que repudia o princípio da luta de classes e toda a manifestação interna ou externa contrária aos interesses nacionais.” (*Estatutos*, Art.º 5º). Assim, qual o papel que estatutariamente o SNJ reservava para si? O art.º 4º dos estatutos<sup>6</sup> oferece a resposta, em várias alíneas – incluindo na c o propósito estatutário que viabilizará a edição do *Boletim*, em 1941 (“Promover o aperfeiçoamento cultural dos sócios, criando cursos, bibliotecas, museus,

<sup>6</sup> a) Garantir e defender a independência moral e económica dos jornalistas, os seus direitos e legítimos interesses; (...) d) Desenvolver a cultura física dos sócios em desportos adequados à profissão; e) Criar institutos de previdência ou participar noutros, com o fim de garantir os sócios na doença, na invalidez, na velhice e no desemprego involuntário; f) Fundar institutos privativos de assistência social, tais como as casas de saúde, clínicas, preventórios, casas de repouso e de tratamento, messes, cooperativas, caixas económicas e de crédito, e outros (...); g) Intervir nos conflitos entre sócios e entre estes e as empresas, defendendo em juízo e fora dele os seus direitos e interesses profissionais, mantendo, para o efeito, um serviço de consulta jurídica; h) Elaborar as bases para os contratos colectivos de trabalho a ajustar com o Grémio das Empresas Jornalísticas (...); i) Fiscalizar o cumprimento das disposições legais que regulam o trabalho e as que forem esclarecidas nos contratos colectivos e ainda as que vigorem em relação aos contratos privados; j) Organizar um serviço de colocação de desempregados; k) Representar a profissão nos organismos corporativos de grau superior e perante o Estado e as autarquias locais (...); l) Representar o país, com prévia autorização do Governo, nos congressos ou outras reuniões internacionais da especialidade; m) Intensificar as relações entre os sócios, criando na sua sede e nas secções ou delegações o ambiente adequado a uma frequência permanente e a uma actividade intelectual (...); n) Fazer observar as regras deontológicas da profissão, definidas num Código que será aprovado pela Assembleia Geral (...); o) Organizar e manter um registo profissional dos jornalistas, nos termos que vierem a ser aprovados pelo Governo, como base dos direitos inerentes à profissão (*Estatutos*, Art.º 4º).

realizando conferências, editando publicações, estabelecendo bolsas de estudo, subsidiando viagens e organizando congressos”). A resposta estatutária do Sindicato é, contudo, problemática em alguns pontos, pois fortalece as bases do controlo político dos jornalistas com o argumento da defesa da dignidade da imprensa: “Pugnar pela dignidade da imprensa e dos seus profissionais, em termos de eliminar processos subreptícios usados para criar ambiente a desígnios ocultos, desvirtuando factos ou sendo um instrumento de interesses privados” (Art.º 4º, b).

O SNJ era, portanto, um sindicato domado e perfeitamente integrado na ordem corporativa do Estado Novo, mas, ainda assim, evidenciava, tal como definido nos estatutos, preocupações que se estendiam da protecção social à promoção cultural dos jornalistas e da regulação do trabalho destes profissionais à deontologia, prevendo já, inclusivamente, a promulgação de um código deontológico<sup>7</sup> que, de certa forma, permitiria encarar o jornalismo como *arte liberal* ou mesmo como *profissão liberal*. O SNJ foi, assim, uma peça importante na definição do território do jornalismo profissional em Portugal.

Entre 1937 e 1939, o SNJ atravessou um período de instabilidade directiva e financeira que obrigou, sob proposta do próprio Sindicato, o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência a nomear, em Fevereiro de 1940, uma comissão que zelasse pela administração do organismo e promovesse uma reforma estatutária (VERÍSSIMO, 2003:55-64). A reforma dos estatutos foi aprovada por alvará do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social a 16 de Outubro de 1940. Ela depurava os estatutos originais e restringia o direito de admissão de sócios, afinilando o critério que permitia a classificação como jornalista profissional. O Sindicato, nos termos dos novos estatutos, passou a ter como primeira linha de acção, representar “todos os jornalistas, estejam ou não nele inscritos” (Art.º 4º dos *Estatutos* do SNJ de 1940). Os fins do SNJ, segundo o art.º 3º dos novos estatutos, passaram a ser outros.<sup>8</sup>

No art.º 4º dos novos estatutos, explicitava-se, ainda, que o Sindicato, ao representar legalmente todos os jornalistas, teria entre as suas competências estatutárias

<sup>7</sup> Na verdade, o primeiro Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses só viria a ser aprovado em 1975.

<sup>8</sup> 1º Dar parecer sobre assuntos da sua especialidade acerca dos quais for consultado pelos organismos corporativos de grau superior ou pelo Estado, especificamente sobre: a) Situação, condições e necessidades da respectiva profissão e modo de conseguir o seu aperfeiçoamento ou suprir as insuficiências; b) Condições económicas e sociais dos associados; c) Higiene e segurança dos locais de trabalho; 2º Velar pelo cumprimento das leis de protecção ao trabalho, sobretudo na parte respeitante à duração máxima, ordenados, descanso semanal e reparação dos desastres de natureza profissional; 3º Criar instituições sindicais de previdência compatíveis com as suas possibilidades económicas, destinadas a proteger os associados na doença, invalidez e velhice; 4º Cuidar do aperfeiçoamento moral, intelectual e profissional dos associados, organizando, dentro do Sindicato, círculos de cultura apropriados (*Estatutos*, Art.º 3º).

“ajustar contratos colectivos de trabalho”. Assim sendo, a Comissão Administrativa do SNJ apresentou, em 1941, ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, um projecto de Contrato Colectivo de Trabalho, mas o Grémio Nacional da Imprensa Diária emitiu um parecer em que se alegava a incompatibilidade da proposta com a realidade das empresas jornalísticas, em especial num momento de crise internacional (II Guerra Mundial) em o que país precisaria de “trabalho aturado”. (*Boletim* do Sindicato Nacional dos Jornalistas, 1941:23-25) Por causa das objecções do Grémio, entre outras razões, o Contrato Colectivo de Trabalho para os jornalistas só viria a celebrar-se em 1951.

Outro dos baluartes do SNJ nos anos quarenta foi, em consonância com os seus estatutos de 1940, a reivindicação de um curso de formação de jornalistas. Efectivamente, os estatutos do SNJ, na versão de 1940, impunham-lhe “cuidar do aperfeiçoamento moral, intelectual e profissional dos associados, organizando dentro do Sindicato círculos de cultura apropriados” (Art.º 3º). Assim, logo no primeiro número do *Boletim* do Sindicato Nacional de Jornalistas (1941:5-19) foi divulgado um ofício enviado ao ministro da Educação Nacional pelo presidente da Comissão Administrativa da corporação. Nesse ofício o Sindicato expõe a necessidade de formação dos jornalistas para a “dignificação da imprensa em Portugal”, revelando que as contratações se fazem por “tentativas de experiência, incertas e pouco seguras” e que, apesar de a “carreira profissional do jornalistas começar com base em indícios nítidos de vocação”, é necessário o “encaminhamento que oriente e aproveite para uma finalidade justa o esforço do autodidacta”. Enfatiza o mesmo ofício que “em muitas capitais estrangeiras preencheu-se essa falta com as escolas de jornalismo”. O SNJ entende, no mesmo documento, que o curso de formação é um “instrumento de cultura” que contribuiria “para melhorar o nível intelectual dos trabalhadores da Imprensa”. Mas também se depreende que para os líderes sindicais, o jornalismo seria uma profissão técnica, uma *arte liberal* (ou mesmo uma profissão liberal) passível de ser aprendida e ensinada, já que exigiria conhecimentos e competências específicos que poderiam ser obtidos através da formação. Deve dizer-se, no entanto, que o curso de formação de jornalistas apresentado ao ministro da Educação nunca saiu do plano de intenções.

Na década de sessenta (altura em que se começou a publicar *Jornalismo*), as conquistas do SNJ continuavam. Em 1968<sup>9</sup>, a Caixa de Reformas dos Jornalistas é

---

<sup>9</sup> Tendo entrado em vigor em 1969.

transformada em Caixa de Previdência e abono de Família dos Jornalistas (CPAFJ). Segundo os seus termos, seriam despachados para a Caixa Nacional de Pensões (hoje Centro Nacional de Pensões) as modalidades de seguros de invalidez, velhice e morte dos beneficiários da Caixa de Reformas, mantendo-se as pensões de invalidez, velhice e sobrevivência. A CPAFJ destinava-se a proteger os beneficiários e familiares dos jornalistas na doença, maternidade, abono de família e prestações complementares. Dois anos mais tarde, em 1970, a CPAFJ foi integrada no sistema geral de Previdência.

### **O Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas (1941-1945)**

O primeiro Boletim do Sindicato Nacional de Jornalistas foi editado em Maio 1941, com a publicação, nesse ano, de quatro números, sob a direcção de Luís Teixeira, presidente da comissão administrativa do SNJ. O editor era António Tinoco, tesoureiro dessa mesma comissão. Os dois primeiros números são mensais (seria esta, presumivelmente, a vontade do SNJ), mas depois, sem motivo aparente, o *Boletim* passa a ser trimestral (números de Julho/Agosto e Setembro e de Outubro/Novembro e Dezembro). O quarto número tem a particularidade de evocar as comemorações do tricentenário do primeiro periódico português, a *Gazeta* “da Restauração”. O quinto e último número respeita aos anos de 1942 a 1945.

O boletim apresenta-se sob a forma de livro, de formato sensivelmente A5 (14,8 cm de largura por 21 cm de altura, isto é, cerca de 311 cm<sup>2</sup> por página). As capas dos boletins do SNJ apresentam todas o mesmo formato e o mesmo grafismo: título, número, os meses correspondentes ao número e ano de edição. Na linha do modernismo, há uma hábil utilização gráfica dos espaços em branco no *Boletim*, pelo que o seu design é algo despido. Nota-se em todas as capas a ausência de fotografias ou gravuras, surgindo apenas ao centro da capa o símbolo do Sindicato, com as iniciais SNJ. Todos os números trazem, na contracapa, a omnipresente declaração “Visado pela Comissão de Censura”.

O interior do *Boletim* é paginado a uma coluna. São raras as fotografias adicionadas ao texto (somente no quarto número surge uma fotografia de jornalistas, de importância histórica, e no quinto aparecem fotos informativas de actos solenes da vida sindical). As gravuras são mais frequentes (são publicadas, por exemplo, caricaturas de jornalistas e no quarto número são incluídas várias reproduções de capas de jornais

históricos portugueses). Alguns conteúdos são segmentados por secções. Duas delas são permanentes no *Boletim*: “Registo” e “Vida Sindical”. Na secção “Registo” encontram-se textos sobre história do jornalismo, actualidades, ideias sobre a profissão, entre outros. Na secção “Vida Sindical”, o SNJ aproveitava o espaço para informar sobre as diversas acções e projectos do Sindicato e publicitar relatórios de actividades e contas.

O *Boletim* admitia publicidade. Esta, normalmente, surge no final de cada volume do *Boletim*. É aliás curioso verificar que o papel (um bem escasso e caro numa Europa ensanguentada pela guerra e onde o comércio era difícil) era fornecido gratuitamente pela Companhia de Papel do Prado em troca de publicidade.

O *Boletim*, cujo número de páginas<sup>10</sup> varia entre 47 (primeiro número) e 304 (quinto número), aborda, sobretudo, quatro pontos das actividades do Sindicato Nacional dos Jornalistas: celebração de um contrato colectivo de trabalho; criação de um curso de formação jornalística; instituição de uma nova carteira profissional; desenvolvimento de relações entre os jornalistas portugueses e os brasileiros; e instituição do prémio “Sindicato Nacional dos Jornalistas”, na sequência da comemoração do tricentenário do primeiro jornal português: a *Gazeta* “da Restauração”. Em consequência, pode dizer-se que a publicação serviu, primordialmente, para mostrar aos jornalistas as acções desenvolvidas pelo seu sindicato.

O quarto número indica, na capa, tratar-se, conforme já se referiu, de um “Número Especial Comemorativo do Tricentenário da *Gazeta*”. Nele escrevem autores reconhecidos ao tempo. Este número inventaria, ainda, os jornais e outras publicações existentes em Novembro de 1941 e insere gravuras dos jornais mais relevantes da história do jornalismo português.

O estilo dominante no *Boletim* é informativo, pois o fim da publicação era, principalmente, informar os sócios da acção do SNJ, esperando-se eventualmente com isso mobilizar a classe para as causas profissionais mas também suscitar a sua adesão aos eventos culturais e aos prémios promovidos pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas. Ainda assim, por vezes, o tom do *Boletim* é algo reivindicativo mas sempre fundamentado (as reivindicações são escoradas nas próprias leis do Estado Português).

---

<sup>10</sup> N.º 1: 47 páginas; n.º 2: 88 páginas; n.º 3: 71 páginas; n.º 4: 241 páginas; e n.º 5: 304 páginas.

### ***Jornalismo do Sindicato Nacional dos Jornalistas (1967-1971)***

Ainda durante o Estado Novo, um novo boletim passou a ser publicado pelo SNJ. O periódico sindical *Jornalismo* teve várias séries de publicação: nos anos de 1967, 1968 e 1969 publicam-se nove números e esta foi chamada de “nova série” (tendo em conta que este boletim era considerado uma continuação do que havia sido publicado nos anos quarenta e que se considerava a primeira série); de seguida, surge uma outra série, desta vez apelidada de “segunda série”, iniciada também num número 1 e que foi até ao número 12, relativos aos anos de 1970 a 1971<sup>11</sup>.

A série publicada entre 1967 e 1969 teve como editor J. M. Pereira da Costa, como editor José Estêvão Santos Jorge e como secretário de redacção e administração Nuno Rocha. A impressão fazia-se na Gráfica Nova Lisboa, que se situava na capital. Anunciava-se como uma publicação bimestral mas, de facto, essa regularidade só se manteve no primeiro ano. Em 1967 saíram os primeiros quatro números, correspondendo aos meses de Junho, Agosto, Outubro e Dezembro. No ano seguinte, já só apareceram três edições (números 5, 6 e 7, Fevereiro, Junho e Novembro, respectivamente). Em 1969 saiu apenas um número, no mês de Julho.

O número de páginas dos boletins desta primeira série variava entre as 32 e as 56<sup>12</sup> (sendo que este último valor corresponde à publicação número 9, de Julho de 1969, a única que saiu em todo o ano).

Aquando do lançamento do primeiro número, da nova série (1967 a 1969), o Sindicato fez questão de justificar a publicação do boletim. Anunciava-se:

A publicação de um órgão de Imprensa está prevista nos Estatutos do Sindicato Nacional dos Jornalistas. (...)

«Jornalismo» representa apenas um primeiro passo para a concretização de objectivo mais ambicioso: a publicação regular de um Jornal que assegure ampla expansão a quantos problemas interessam os jornalistas portugueses. (...). Será esta publicação o porta-voz dos sócios do Sindicato, proporcionando-lhes uma audiência que era limitada pela falta de veículo apropriado. (...)

Empenhados, por dever profissional, na difusão das ideias e dos interesses dos outros, é natural que os jornalistas disponham de um órgão no qual possam exprimir o seu pensamento, pugnar pelos seus direitos e tratar de assuntos que interessam à sua actividade. É esta a justificação de “Jornalismo”. (*Jornalismo*, n.º 1, Abril de 1967:1)

<sup>11</sup> A publicação de *Jornalismo* continua, após estes anos: recomeça em Abril de 1976.

<sup>12</sup> Não eram contadas a capa e a contra capa, de acordo com aquilo que faziam os responsáveis pela publicação.

A segunda série de *Jornalismo*, publicada entre 1970 e 1993, era impressa na mesma gráfica (Nova Lisboa), mas a direcção e edição tinham novas “caras”. Esta era composta por Manuel de Azevedo, António dos Santos, Manuela Alves e César Príncipe. A edição cabia ao próprio SNJ e o gráfico era Manuel Vieira. Apesar de já não indicar a periodicidade, nota-se que a publicação do boletim pretendia ser regular. No ano de 1970, saíram seis números, cada qual respeitante a dois meses (números 1 a 6). Porém, chegados a 1971, saem apenas dois boletins, um correspondendo aos números 7/8/9 e outro aos números 10/11/12. Nesta altura, dá-se uma nova interrupção na publicação do periódico e só em 1977 é que ele volta a ser publicado.

Nos doze primeiros números do boletim *Jornalismo*, da segunda série, o número de páginas da publicação variou entre as 26 e as 188<sup>13</sup> (este último valor corresponde ao último volume de 1971, que agregava três números, 10/11/12). A justificação e explicação para esta segunda série surge nas páginas iniciais do n.º 1 da mesma (Janeiro/Fevereiro de 1970) e diz o seguinte:

Não desejamos com esta nova série de *Jornalismo* minimizar o que foi feito, noutras circunstâncias e com outras perspectivas, mas apenas tornar bem claro que não se trata de simples tentativa de melhoria em relação ao anterior. Não. Pretende-se uma radical mudança. (...)

A nova série de *Jornalismo* não é uma pretensão nossa. (...) Corresponde, sim, a uma imposição de conjuntura, a uma vontade colectiva. Não é fácil fazer uma previsão, sequer aproximada, dos caminhos a percorrer. Serão os caminhos que a classe trilhar. Sabemos só que não serão fáceis. (...)

*Jornalismo* será, pois, o espelho desse esforço de todos. Esforço que se não pode confinar aos problemas materiais dos profissionais da Imprensa (...) mas que terá necessariamente de se alargar para toda a problemática da Imprensa portuguesa, no seu conjunto.

Este primeiro número da nova série de *Jornalismo* é, porém, mero arranque para essa urgente e dura batalha. De todos nós depende o resultado. Sem a participação activa dos jornalistas – realidade colectiva – *Jornalismo* e Sindicato nada significarão de sério e profundo (*Jornalismo*, n.º 1, 2.ª série: 1970:p. 5).

Em relação ao formato, todas as publicações (de ambas as séries) mediam entre 27 e 28 cm de comprimento e entre 21 e 22 cm de largura, ou seja, de formato sensivelmente A4. No que à existência, ou não, de secções, diz respeito, em *Jornalismo*, seja qual for a série, não existem, de forma regular e/ou fixa, conteúdos organizados por secções. No entanto, por uma ou outra vez, surgem secções, como, por exemplo, no n.º 1, onde surge uma secção apelidada de “Informação e Formação”; ou no n.º 2 e n.º 3,

<sup>13</sup> A capa e a contra capa já entravam para a contagem do número de páginas, de acordo com aquilo que os responsáveis pela publicação do *Boletim* haviam feito.

onde existe a secção “Do exercício da Profissão”; ou ainda no n.º 4, que insere a secção “Jornais e Jornalistas”. Porém, esta inserção de secções não era nem constante, nem regular. Relativamente à hierarquização dos assuntos, estes também não seguem uma norma fixa. O que num número surge como assunto de primeira página da publicação, num outro pode já vir no fim. Os caracteres tipográficos não são constantes, podendo apresentar um estilo no título e outro no corpo do texto, por exemplo.

Todos os números do boletim incluíam a seguinte referência, que era, na altura, obrigatória: “Este número de *Jornalismo* foi visado pela Comissão de Censura”. O jornal dedicava algum espaço à publicidade, tendo variado o número de páginas que lhe era dedicado, ao longo dos números, das séries e dos anos.

Graficamente, o mais interessante desta publicação eram mesmo as capas, que se apresentavam sempre diferentes e originais. Podia recorrer-se ao uso de fotografias, de desenhos, de simples texto. Por norma, eram coloridas. O que estava sempre presente era o título da publicação, *Jornalismo*, embora com variação no design, e o número e respectiva data da publicação em questão.

Da leitura de *Jornalismo* percebe-se que três grandes assuntos preocupavam o SNJ no tempo da sua publicação: a dignificação da sua profissão, traduzido na busca por melhores condições de trabalho, melhores condições salariais, melhor estatuto social, etc.; o início do ensino do jornalismo; e as transformações que o jornalismo atravessava, a evolução que sofria e o futuro que enfrentava.

### **A Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto**

A Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto é a mais antiga organização portuguesa de jornalistas em actividade. Foi fundada a 13 de Outubro de 1882, para, conforme definido no preâmbulo dos respectivos estatutos, “honrar a memória de António Rodrigues Sampaio<sup>14</sup>, insigne jornalista português, benemérito da pátria e da liberdade” (*Estatutos*, 1885). Os seus primitivos estatutos<sup>15</sup> davam-lhe a possibilidade de agir com objectivos mutualistas (Afirmar a obrigação moral do auxílio mútuo na doença ou falta de trabalho e torná-la efectiva pelos recursos pecuniários da associação, se os tiver, ou pela prestação dos serviços da colectividade.), para-sindicais (Promover (...) a defesa dos (...) legítimos direitos e interesses [dos jornalistas]) e

<sup>14</sup> É o que se lê no preâmbulo dos estatutos.

<sup>15</sup> Aprovados pelo governador-civil do Porto a 15 de Abril de 1885.

ético-deontológicos (Empenhar-se em elevar o nível intelectual e moral da imprensa e reivindicar a justa consideração que lhe é devida.).

A associação interveio várias vezes em defesa dos jornalistas, em especial no início do século XX, quando ainda não estava claramente formulado qual viria a ser o seu patamar de actuação. Assim, conforme relata Luís Gomes (1925:143-191) e se constata ao folhear a *Gazeta Literária*, para além de ter procurado estabelecer-se numa sede condigna, a Casa dos Jornalistas, a Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto perseguiu fins mutualistas (procurou ajudar jornalistas e suas famílias, o que ocorreu, aliás, pelo menos até 1971, conforme indicam os relatórios de contas da instituição publicados na *Gazeta Literária*); tentou promover aumentos salariais para os jornalistas do Porto (1918); fez-se representar em diversos congressos internacionais de jornalistas<sup>16</sup>, protestou contra os condicionamentos da liberdade de imprensa e de actuação dos jornalistas, quer na fase final da Monarquia e durante a I República, quer na Ditadura Militar e no Estado Novo; lutou pela criação, bem-sucedida, de uma carteira de identidade para os jornalistas (1921-1924) que lhes reconhecesse direitos cívicos e profissionais e também, por exemplo, descontos nos transportes públicos; empenhou-se em acções de beneficência em prol dos mais desfavorecidos; desenvolveu iniciativas culturais; criou uma biblioteca e outras estruturas de apoio, como um refeitório; organizou colónias balneares para os filhos de jornalistas e procurou criar uma casa de veraneio para jornalistas, homens de letras e suas famílias; e, em 1952, lançou o seu órgão de comunicação, a *Gazeta Literária*.

### **A *Gazeta Literária* (1952-1971)**

O título da publicação – *Gazeta Literária* – demonstra, efectivamente, que a associação se tinha tornado, à época, mais do que tudo, uma organização cultural, como acontece ainda hoje.

A *Gazeta Literária* teve quatro séries. Iniciou a sua publicação em Setembro de 1952. O seu último número, enquanto publicação regular, data de 1971, embora tenham sido publicados números especiais comemorativos depois disso (o último, o quarto, data de 2007 e comemora o 125º aniversário da Associação).

<sup>16</sup> Bordéus, 1895; Estocolmo, 1897; Lisboa, 1898; Paris, 1900; Berna, 1902; Viena, 1904; Liège, 1905; Berlim, 1908; Londres, 1909; Trieste, 1910; Roma, 1911, etc.

A primeira série, dirigida pelo jornalista Mário do Amaral, compreende 76 números, de formato sensivelmente A4 (21 cm de largura por 29 de altura, o que dá uma superfície por página de 609cm<sup>2</sup>), paginada a três colunas, com caracteres tipográficos inconstantes, em especial nos títulos, mas também nos textos (em que até o corpo dos caracteres podia variar)<sup>17</sup>. Cada número tinha entre 16 e 20 páginas, numeradas sequencialmente por volume. Em termos de conteúdo, é a mais relevante das quatro séries da *Gazeta*, mas há alguma desorganização interna, pois não se assiste a uma disposição e hierarquização dos assuntos por secções. O último número, duplo, como vários outros<sup>18</sup>, leva a data de Novembro/Dezembro de 1858 (VI volume). O logótipo sofreu algumas alterações, mas, graficamente, o mais interessante desta série, em termos formais, é a introdução de capas e contracapas coloridas (funcionando como cobertura e não como primeira e última página propriamente ditas), primeiro de forma ocasional (números 26/27, de Outubro/Novembro de 1954 – fotografia de um busto de Almeida Garrett; n.º 32, de 1955 – foto do pintor José Malhoa; n.º 50, de Outubro de 1956 – desenho abstracto) e, depois, regularmente, a partir de Janeiro de 1957 (n.º 53). Essa solução gráfica permitia a inclusão de anúncios no verso das mesmas. As capas traziam reproduções de obras de arte ou fotografias (sendo de realçar as fotografias da sede social da Associação, conhecida por Casa dos Jornalistas).

O primeiro número da segunda série da *Gazeta Literária* data de Julho de 1959 e o último de Janeiro a Junho de 1961. Nesta série, foram publicados 24 números, sob a direcção do jornalista M. Carmo Pacheco. O último número é sêxtuplo (n.ºs 19 a 24) e abarca os meses de Janeiro a Junho de 1961. A principal inovação gráfica desta segunda série da *Gazeta Literária* é a transformação do jornal num tablóide. A superfície por página aumentou para 28 cm de largura por 38 cm de altura, o que perfaz 1064cm<sup>2</sup>. O logótipo é idêntico em todos os números, que têm entre 16 e 24 páginas, paginadas a cinco colunas (padrão). Os conteúdos não são organizados por secções.

A terceira série da *Gazeta Literária* inicia-se com um número duplo, datado de Janeiro a Junho de 1962. Terminará, igualmente, com um número duplo, o 11/12, datado de Julho a Dezembro de 1964. O director e editor desta série foi o conhecido jornalista portuense Joaquim Salgado. O formato continua a ser tablóide e a paginação padrão a cinco colunas, mas a superfície por página é um pouco maior do que a da série

<sup>17</sup> A inconstância dos caracteres tipográficos mantém-se em todas as séries da *Gazeta Literária*.

<sup>18</sup> Os números duplos, triplos, etc. permitiam justificar perante as autoridades a periodicidade e constância da publicação, para não se perderem apoios nem o direito ao título.

anterior (28,5 cm de largura por 39 cm de altura, perfazendo 1111,5 cm<sup>2</sup> por página). Nesta série, cada número possui entre 12 a 20 páginas. Não há organização interna por secções.

Em Maio de 1969, iniciou-se a publicação da quarta série da *Gazeta Literária*, da qual constam somente quatro números (o último data de Outubro de 1971). Esta série teve por director e editor o jornalista Carlos Valle e por redactor principal o também jornalista Silveira Assis. É, de todas as séries da *Gazeta*, a mais pobre ao nível do conteúdo. Com algum descuido, indicava-se, até, nos dois primeiros números, de que se trataria da terceira série, quando na verdade já era a quarta. O seu formato também é próximo do A4 e muito semelhante ao da primeira série (20,5 cm de largura por 29 cm de altura, perfazendo uma superfície de 594,5 cm<sup>2</sup>). O número de páginas por número varia entre as 16 e as 40. A paginação padrão é a três colunas. Continua a não haver vestígio da hierarquização e organização dos conteúdos por secções.

Todos os números da *Gazeta Literária* incluíam a seguinte menção, à data, obrigatória: “Visado pela Comissão de Censura”. O jornal captava alguma publicidade, possivelmente pelos laços entre os sócios da Associação e os industriais e comerciantes portuenses. Assim, foram publicados anúncios publicitários em quase todos os números.

A disposição da informação na *Gazeta Literária* era irregular e não modular, conforme se nota nas reproduções das primeiras páginas inseridas ao longo do texto. Isso verificou-se, em especial, quando a publicação foi editada em formato tablóide. A solução gráfica não é surpreendente, pois é similar àquela que era adoptada nos jornais de então (SOUSA, 2005:250-254), mas para o leitor é desconfortável necessitar, por exemplo, de descobrir as “pontas soltas” dos textos que lê ou começar a ler um texto e descobrir que ele continua várias páginas à frente ou mesmo atrás, num qualquer espaço disponível, podendo essas quebras de contiguidade gráfica ocorrer várias vezes num único texto.

Pelas páginas da *Gazeta Literária* passarem, com algum grau de pluralismo na discussão, com maior ou menor dissimulação, muitas das preocupações dos jornalistas – e também dos académicos – sobre o rumo que o jornalismo e os jornalistas tomavam, em Portugal e no mundo, nesses tempos de transformação que foram as décadas de cinquenta e de sessenta do século XX. Por outras palavras, transparecem das páginas da *Gazeta Literária* muitas das angústias dos jornalistas portugueses da época, conscientes de viverem num país pobre onde o sistema jornalístico se ressentia não apenas da falta de liberdade mas também dos grandes constrangimentos materiais, financeiros e

humanos das empresas jornalísticas e onde a segurança no emprego e menos ainda na aposentadoria não era uma realidade.

### Considerações finais

O associativismo entre os jornalistas portugueses teve o seu início no último quartel do século XIX e acompanhou o que, neste campo, se fazia além-fronteiras. A fundação destas organizações representativas de jornalistas veio mostrar o crescente sentimento de classe que começava a despontar entre aqueles que faziam do jornalismo um ofício ou profissão.

De entre todas as corporações fundadas desde os primórdios do associativismo jornalístico português (1880) até 1974 (fim do regime do estado Novo), apenas cinco deixaram algum tipo de publicação: a Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses, que publicou um *Boletim*; o Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, que também trouxe a lume o seu *Boletim*; o Sindicato Nacional dos Jornalistas, que, nos anos quarenta, começou a publicar um *Boletim*, e, em finais de sessenta, lançou *Jornalismo*; e, por último, a Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, responsável pela *Gazeta Literária*.

Como grande conclusão deste trabalho, pode afirmar-se que todas estas publicações são de uma contribuição capital, para os estudos sobre jornalismo e sobre os jornalistas e para a construção do pensamento jornalístico português, daí que o seu estudo se constituía de importância capital e se revele essencial.

### Referências

ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS E ESCRITORES PORTUGUESES, **Boletim**, 1.<sup>a</sup> série, n.º 1, Junho de 1884.

ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS E HOMENS DE LETRAS DO PORTO, **Gazeta Literária**, 1952-1971.

CUNHA, Alfredo da. **Jornalismo nacional**. Das malogradas associações de imprensa à alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses. Separata do *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, n.º 2. Lisboa, Sindicato Nacional dos Jornalistas, 1941.

GOMES, Luís F. (comp.). **Os jornalistas do Porto e a sua associação**. Porto, Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, 1925.

SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS, **Boletim**, 1941-1945.

SINDICATO NACIONAL DOS JORNALISTAS, **Jornalismo**, 1967-1971.

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DA IMPRENSA DE LISBOA, **Boletim do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa**, n.º 1 e n.º 2 (1926 e 1927).

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005.

SOBREIRA, Rosa Maria. **Os Jornalistas Portugueses 1933-1974**. Uma profissão em construção. Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

VALENTE, José Carlos. **Elementos para a História do Sindicalismo dos Jornalistas Portugueses. I parte (1834-1934)**. Lisboa: Sindicato dos Jornalistas, 1998.

VERÍSSIMO, Helena Ângelo. **Os jornalistas nos anos 30/40**. Elite do Estado Novo. Coimbra, Minerva Coimbra, 2003.

#### **Fontes documentais**

*Estatutos da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses*, 1880.

*Estatutos da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses*, 1885.

*Estatutos da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto*, 1951.

*Estatutos do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, 1934 e 1940.

*Estatutos do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa*, 1924.